





U ELREY. Faço saber aos que este Alvará virem, que sendo-me presente por parte dos Directores do Commercio da Herva Urfela os continuos contrabandos, que da mesma Herva se fazem, sendo estes mais frequentes nas Ilhas Terceira, e do Fayal, onde se acham tão públicos, que não só sam manifestos ao Governador, e Capitão General, mas a todos os Ministros daquelles contornos, os quaes sendo requeridos a este respeito, se defendem não poder adiantar-se a mais do conteúdo no Aviso de vinte e quatro de Fevereiro de mil setecentos sessenta e nove, no qual se commina tão sómente aos Contrabandistas da dita Herva o perdimento da que lhes for achada; e sendo tão modica a pena, crescia todos os dias o numero daquelles, que tendo perdido o horror á culpa, buscavam por qualquer caminho a conveniencia: E que não era menos attendivel o prejuizo, que aquella Negociação experimentava nas difficuldades, que encontravam a respeito da colheita da sobredita Herva; porque havendo-lhes Eu concedido por especial graça a faculdade de a poderem mandar arrancar de qualquer sitio, em que se produzisse, succedia, que requerendo os Correspondentes dos mesmos Directores a alguns Officiaes de Guerra, que se achavam encarregados do Governo das minhas Fortalezas, lhes não permittiam licença para o arranco da mesma Herva, em razão de alguns Capitulos do Regimento Militar, que defendem qualquer acto, por que se devassem as forças maritimas. E attendendo a todo o referido: Hei por bem declarar, que a todas as pessoas, que forem comprehendidas no dito contrabando, se lhes imponham, além do perdimento da Herva, pelo Ministro do Destricto, as penas, que se acham prescriptas pelas minhas Leis, e Regimento aos Contrabandistas do Tabaco, dando os mesmos Ministros appellação, e aggravo para as Relações do mesmo Destricto: E outro fim conceder faculdade, para que debaixo das cautelas necessarias se permita a todas as pessoas, que forem encarregadas do apanho da sobredita Herva, entrarem ao mesmo fim nas Fortalezas, e Castellos de todos os meus Dominios, constando legitimamente serem Nacionaes, de quem não possa haver a suspeita de intenção sinistra.

Pelo

Pelo que mando á Meza do Desembargo do Paço ; Cardeal Regedor da Casa da Supplicação ; Conselhos de minha Fazenda, e Ultramar ; Governador da Relação , e Casa do Porto ; Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios ; Junta da Administração da Companhia Geral do Grão Pará, e Maranhão ; Vice-Rei, e Capitão General de Mar, e Terra do Estado do Brazil ; Governadores, e Capitães Generaes de todos os meus Dominios, e Ilhas a elles adjacentes ; Governadores, e mais Officiaes das Fortalezas , e Fórtes dos mesmos Dominios ; Desembargadores, Ministros, e mais Pessoas, a quem o conhecimento deste pertencer ; o cumpram, guardem, e façam cumprir, e guardar tão inteiramente, como nelle se contém, sem dúvida, ou embargo algum, e valerá como Carta passada pela Chancellaria, posto que por ella não ha de passar, e o seu effeito haja de durar mais de hum, e muitos annos, sem embargo das Ordenações em contrario ; e se registará nos Livros a que pertencer, mandando-se o Original para a Torre do Tombo. Dado no Palacio de N. Senhora da Ajuda aos doze de Outubro de mil setecentos e setenta.

REY

Martinho de Mello e Castro.

A Lvará, por que Vossa Magestade ha por bem occorrer aos continuos contrabandos, que se fazem da Herva chamada Urfela, tanto nas Ilhas Terceiras, e do Fayal, como nas mais
par-

partes , em que ella se produz , impondo-se aos Contrabandistas as penas , que se acham prescriptas pelas Reaes Leis , e Regimento aos Contrabandistas do Tabaco , além do perdimento da Herva , que lhes for aprehendida , tudo na fôrma , que affima se declara.

Para Vossa Magestade ver.

Registado nesta Secretaria de Estado dos Negocios do Reino no Livro III. das Cartas, Alvarás, e Patentes a fol. 13. Nossa Senhora da Ajuda a 18 de Outubro de 1770.

Joaquim José Borralho.

Francisco Delage o fez.

Na Regia Officina Typografica,

B07-1100

6CB

P8539

1770

8

